

BOLETIM DE LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS DO TJMG

Periodicidade: semanal

Nº 228 – Julho 2012

Período de: 14/07/2012 a 20/07/2012

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEJ disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
LEI Nº 12.687	DOU; 19/07/2012	Altera dispositivo da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para tornar gratuita a emissão de carteira de identidade no caso que menciona.	Lei 12.687 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 12.690	DOU; 20/07/2012	Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Lei 12.690 (Site da Presidência da República)

ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 044	DJE/CNJ; 19/07/2012	Dispõe sobre regras e diretrizes para as contratações no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.	Instr. Normat. 044 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 154	DJE/CNJ; 16/07/2012	Define a política institucional do Poder Judiciário na utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária.	Res. 154 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 155	DJE/CNJ; 17/07/2012	Dispõe sobre traslado de certidões de registro civil de pessoas naturais emitidas no exterior.	Res. 155 (Site do CNJ)

ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TJMG

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 2.756	DJE; 17/07/2012	Dispõe sobre instalação de Central de Conciliação na comarca de Congonhas.	Port. 2.756 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 2.757	DJE; 17/07/2012	Reajusta o valor unitário do vale-lanche e do vale-refeição.	Port. 2.757 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 2.758	DJE; 17/07/2012	Designa Desembargador para as funções que especifica.	Port. 2.758 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 2.759	DJE; 17/07/2012	Designa servidor da Secretaria do Tribunal de Justiça para exercer as atribuições que menciona.	Port. 2.759 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 2.760	DJE; 19/07/2012	Designa os componentes da Comissão de Segurança integrante do Centro de Segurança Institucional, CESI.	Port. 2.760 (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 2.761	DJE; 19/07/2012	Designa componentes da Comissão Estadual Judiciária de Adoção, CEJAMG.	Port. 2.761 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 2.762	DJE; 19/07/2012	Designa integrantes do Comitê Executivo Estadual da Saúde de Minas Gerais.	Port. 2.762 (Site do TJMG)
ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA			
Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 36	DJE; 16/07/2012	Avisa que encontra-se disponível na página da INTERNET do Tribunal de Justiça, a partir da publicação deste, o arquivo próprio do SISCOM – Sistema de Informatização dos Serviços das Comarcas – contendo informações sobre o padrão de desempenho, produtividade e presteza no exercício jurisdicional, relativo ao período de julho de 2011 a junho de 2012.	<p>Diário do Judiciário Eletrônico, disponível no site http://dje.tjmg.jus.br</p> <p>ou</p> <p>Base de atos normativos da Corregedoria Geral de Justiça, disponível no portal http://www.tjmg.jus.br/corregedoria/codigo_normas/</p>
PORTARIA Nº 2.207	DJE; 17/07/2012	Disciplina a prorrogação da suspensão dos prazos processuais relativos aos feitos que tramitam na 9ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte.	
PORTARIA Nº 2.208	DJE; 17/07/2012	Designa o Dr. Thiago Brega de Assis, Juiz de Direito titular da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da comarca de Além Paraíba, para o exercício das “atribuições de fiscalização, orientação e apuração de irregularidades de instituições, organizações governamentais e não governamentais, abrigos, instituições de atendimento e entidades congêneres que lidem com idosos, garantindo-lhes as medidas de proteção e atendimento prioritário previstas na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, salvo aquelas cuja competência específica couber aos demais juízos do Poder Judiciário Estadual”.	
PORTARIA Nº 2.209	DJE; 17/07/2012	Designa o Dr. João Luiz Nascimento de Oliveira, Juiz de Direito titular da Vara Criminal e da Infância e da Juventude da comarca de Ibirité, para o exercício das “atribuições de fiscalização, orientação e apuração de irregularidades de instituições, organizações governamentais e não governamentais, abrigos, instituições de atendimento e entidades congêneres que lidem com idosos, garantindo-lhes as medidas de proteção e atendimento prioritário previstas na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, salvo aquelas cuja competência especificamcouber aos demais juízos do Poder Judiciário Estadual”.	

PORTARIA Nº 2.210	DJE; 17/07/2012	Designa o Dr. Antônio Carneiro da Silva, Juiz de Direito titular da Vara de Família e Sucessões, para o exercício das funções de Diretor do Foro da comarca de Sete Lagoas.	
PORTARIA Nº 2.211	DJE; 17/07/2012	Reconduz o Dr. Geraldo Rodrigues de Oliveira, Juiz de Direito titular da Vara da Infância, da Juventude e de Cartas Precatórias Cíveis da comarca de Teófilo Otoni para o exercício das “atribuições de fiscalização, orientação e apuração de irregularidades de instituições, organizações governamentais e não governamentais, abrigos, instituições de atendimento e entidades congêneres que lidem com idosos, garantindo-lhes as medidas de proteção e atendimento prioritário previstas na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, salvo aquelas cuja competência específica couber aos demais juízos do Poder Judiciário Estadual”.	
PORTARIA Nº 2.212	DJE; 17/07/2012	Designa o Dr. Maurício Navarro Bandeira de Mello, Juiz de Direito titular da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais para o exercício das funções de Diretor do Foro da comarca de João Pinheiro.	
PORTARIA Nº 2.213	DJE; 17/07/2012	Designa o Dr. José Henrique Mallmann, Juiz de Direito titular da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da comarca de Santa Rita do Sapucaí, para o exercício das “atribuições de fiscalização, orientação e apuração de irregularidades de instituições, organizações governamentais e não governamentais, abrigos, instituições de atendimento e entidades congêneres que lidem com idosos, garantindo-lhes as medidas de proteção e atendimento prioritário previstas na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, salvo aquelas cuja competência específica couber aos demais juízos do Poder Judiciário Estadual”.	

<p>PORTARIA Nº 2.214</p>	<p>DJE; 17/07/2012</p>	<p>Reconduz o Dr. Marcos José Vedovotto, Juiz de Direito titular da Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Precatórias da comarca de Ituiutaba para o exercício das “atribuições de fiscalização, orientação e apuração de irregularidades de instituições, organizações governamentais e não governamentais, abrigos, instituições de atendimento e entidades congêneres que lidem com idosos, garantindo-lhes as medidas de proteção e atendimento prioritário previstas na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, salvo aquelas cuja competência específica couber aos demais juízos do Poder Judiciário Estadual”.</p>	
<p>PORTARIA Nº 2.215</p>	<p>DJE; 17/07/2012</p>	<p>Designar a Dra. Erlânia Zica e Silva Lucas Pereira, Juíza de Direito titular da Vara de Execuções Penais, de Execuções Fiscais, de Acidentes de Trabalho e de Cartas Precatórias Criminais, para o exercício das funções de Diretora do Foro da Comarca de Curvelo.</p>	
<p>PORTARIA Nº 2.219</p>	<p>DJE; 19/07/2012</p>	<p>Designa a Dra. Bárbara Heliadora Quaresma Bonfim, Juíza de Direito titular da Vara Criminal e da Infância e da Juventude da comarca de Vespasiano para o exercício das “atribuições de fiscalização, orientação e apuração de irregularidades de instituições, organizações governamentais e não governamentais, abrigos, instituições de atendimento e entidades congêneres que lidem com idosos, garantindo-lhes as medidas de proteção e atendimento prioritário previstas na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, salvo aquelas cuja competência específica couber aos demais juízos do Poder Judiciário Estadual”.</p>	
<p>PORTARIA Nº 2.220</p>	<p>DJE; 19/07/2012</p>	<p>Designa o Dr. Pedro Câmara Raposo Lopes, Juiz de Direito titular da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais, para o exercício das funções de Diretor do Foro da comarca de Mariana.</p>	

PORTARIA Nº 2.221	DJE; 19/07/2012	Designa o Dr. Frederico Esteves Duarte, Juiz de Direito titular da 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da comarca de Mariana para o exercício das “atribuições de fiscalização, orientação e apuração de irregularidades de instituições, organizações governamentais e não governamentais, abrigos, instituições de atendimento e entidades congêneres que lidem com idosos, garantindo-lhes as medidas de proteção e atendimento prioritário previstas na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, salvo aquelas cuja competência específica couber aos demais juízos do Poder Judiciário Estadual”.	
PORTARIA Nº 2.222	DJE; 19/07/2012	Acrescenta e altera dispositivos aos arts. 3º e 8º da Portaria nº 2.087/CGJ/2012, que institui o Banco Estadual de Mandados de Prisão – BEMP – na Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais.	
RECOMENDAÇÃO Nº 20	DJE; 19/07/2012	Recomenda aos Juízes de Direito do Estado de Minas Gerais, aos escrivães judiciais e a quem possa interessar que o mandado de prisão civil por inadimplemento de pensão alimentícia a ser cumprido pela Autoridade Policial somente seja expedido após a certificação feita pelo Oficial de Justiça de que não cumpriu a ordem judicial por circunstâncias alheias à sua vontade, ocasião em que se deve proceder à baixa do registro do mandado de prisão emitido para cumprimento pelo Oficial de Justiça.	

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca

Sugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br